

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.762.787 - SP (2018/0222268-9)**

**RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A**  
**ADVOGADOS : ROBERTA DE ALENCAR LAMEIRO DA COSTA - DF017075**  
**JULIANA FERNANDES MONTENEGRO - SP310794**  
**RICARDO PACHECO MESQUITA DE FREITAS - DF044412**  
**AGRAVADO : CARLOS MARINALDO ROMERO GIMENEZ**  
**AGRAVADO : APARECIDA ASSAM ROMERO GIMENEZ**  
**ADVOGADA : PRISCILA ROMERO GIMENEZ BRATEFIXE - SP223844**  
**INTERES. : TELEFÔNICA BRASIL S.A**  
**ADVOGADOS : ANA PAULA ALMEIDA NAYA DE PAULA - DF022915**  
**SÉRGIO SANTOS DO NASCIMENTO - SP305211**  
**LÍVIA REGINA FERREIRA IKEDA - RJ163415**  
**FABIANO DE CASTRO ROBALINHO CAVALCANTI - SP321754A**  
**CAETANO FALCÃO DE BERENGUER CESAR - SP321744A**  
**JOÃO LUCAS PASCOAL BEVILACQUA - SP357630**

**EMENTA**

DIREITO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 30 E 31 DA LEI 9.656/1998. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. CONDIÇÕES DA MIGRAÇÃO DO CONTRATO. ABUSIVIDADE. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. DECISÃO MONOCRÁTICA INALTERADA. RECURSO QUE DEIXA DE IMPUGNAR ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO ORA AGRAVADA. INCIDÊNCIA DOS ARTS. 932, III, E 1.021, § 1º, DO CPC/2015 E DA SÚMULA 182 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A alegação de violação a dispositivo de lei sem a apresentação de argumentação jurídica pertinente à demonstração de como teria ocorrido a referida violação configura fundamentação deficiente e não permite a compreensão da exata controvérsia a ser dirimida, o que caracteriza a ausência dos subsídios constitucionais exigido para o julgamento do recurso especial, esvaziando o sentido da controvérsia a ser dirimida nos termos impostos pelo art. 105, III, "a", da Constituição Federal, o que torna apropriada, por analogia, a aplicação da Súmula 284/STF.

2. Ademais, no presente caso, para aferir se isso se amoldaria ao previsto no artigo 31 da Lei nº 9.656/1998, o reexame das circunstâncias caracterizadoras da sucessão do vínculo contratual do plano de saúde em decorrência das **novas bases de**

**estipulação**, entre a seguradora e a empresa estipulante da apólice de seguro saúde, atrairia o óbice das Súmulas 5 e 7 do STJ, com o revolvimento das provas carreadas aos autos.

3. Inexistindo impugnação suficiente, como seria de rigor, aos fundamentos da decisão ora agravada, essa circunstância obsta, por si só, a pretensão recursal, pois, à falta de contrariedade, permanecem incólumes os motivos expendidos pela decisão recorrida. Incide na espécie o disposto nos arts. 932, III e 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e a Súmula n. 182 do Superior Tribunal de Justiça.

4. Agravo interno não provido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Marco Buzzi (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**

Relator